

1995-1997 — Fez parte da equipa da Casa Fernando Pessoa, onde foi coordenadora editorial da Revista «Tabacaria» e organizou os Encontros Internacionais «Poesia em Lisboa», bem como exposições, mesas-redondas e colóquios.

Em 1997 integrou o Quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo exercido funções na Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

Em 2002 foi nomeada Chefe da Divisão de Apoio à Criação e Edição do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, tendo em 2003 sido nomeada Chefe da Divisão da Difusão do Livro e Promoção da Leitura.

Em 2007, com a criação da Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas, foi nomeada Diretora de Serviços do Livro, lugar que ocupa até à presente data.

Em simultâneo, e desde 2006, tem sido representante do Ministério da Cultura na Comissão Interministerial de Apoio à Execução do Plano Nacional de Leitura.

No quadro da sua atividade profissional, tem participado em congressos, colóquios e feiras do livro em Portugal e no estrangeiro. Tem ainda sido júri de concursos e prémios literários.

Outras atividades:

Foi sócia fundadora da Editora Quetzal.

Autora de livros e artigos, tem feito também traduções literárias.  
206220624

#### Despacho n.º 9229/2012

A Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros aprovada pelo Decreto-Lei n.º 126A/2011, de 29 de dezembro, operou a fusão da Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas com a Direção-Geral dos Arquivos, criando a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), posteriormente concretizada através do Decreto-Lei n.º 103/2012, de 16 de maio e Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho, que fixou a estrutura nuclear e as competências das respetivas unidades orgânicas.

Considerando que para garantir o funcionamento do Arquivo Distrital do Porto da DGLAB há que proceder à designação do respetivo titular, em regime de substituição; Considerando o perfil, as competências técnicas e pessoais e a experiência já anteriormente demonstrada nesta área pela técnica superior do mapa de pessoal da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, Maria João da Silva Pires de Lima, conforme decorre da respetiva nota curricular anexa ao presente despacho;

Considerando ainda que a técnica superior acima referida reúne os requisitos legais para o provimento no referido cargo, conforme o exigido no artigo 20.º e no n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro;

1 — Designo, em regime de substituição, no cargo de Diretora de Serviços do Arquivo Distrital do Porto, a licenciada Maria João da Silva Pires de Lima, ao abrigo do estatuído nas disposições conjugadas do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redação atual dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, nos artigos 1.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 103/2012, de 16 de maio e nos artigos 1.º e 7.º da Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho.

2 — A presente designação produz efeitos a 20 de junho de 2012.

27 de junho de 2012. — O Diretor-Geral, *José Manuel Azevedo Cortês*.

#### Nota curricular

Nome: Maria João da Silva Pires de Lima

Habilitações académicas:

Licenciada em História e pós-graduada em Ciências Documentais, opção Arquivo, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Aproveitamento curricular do Curso de Mestrado em História da Idade Média.

Experiência profissional:

Diretora do Arquivo Distrital do Porto de 1988-1995 e de 1999-2012;

Assessora Principal, da carreira técnica superior de arquivo, do quadro de pessoal do Arquivo

Distrital do Porto, nomeada, diretora de serviços do Arquivo Distrital do Porto, 2004;

Professora convidada nos Cursos de Ciências Documentais — Arquivo na Universidade Portucalense 2000-2012, na Universidade dos Açores 1994 e na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, como assistente estagiária 1987-1988;

Chefe de divisão da Divisão de Arquivos Intermédios do IAN/TT de 1997-1999;

Atribuído público louvor pelo exercício de funções de Diretora do Arquivo Distrital do Porto, DR, 2.ª série, n.º 54, de 4 de março de 2004.

Coordena e integra as equipas responsáveis pelos projetos:

CRAV-Consulta Real em Ambiente Virtual, do AD, 2006-2008;

DigitArq — Produção, conversão e gestão de conteúdos digitais de arquivo, do ADP, 2002-2003.

Prémio Fernandes Costa — Agência para a sociedade do Conhecimento, IP, considerado o que melhor respondeu à «Inovação e contributo para o desenvolvimento da Sociedade da Informação» em Portugal no ano de 2004;

Coordenadora do projeto de digitalização de fundos documentais do ADP, em parceria com a Family Search, 2008-2012;

Coordenadora do processo de cedência, a nível nacional, da aplicação DigitArq, de 2005-2009.

Coordena os grupos de trabalho:

Coordenadora setorial para os arquivos distritais e membro executivo do SIARQ — Sistema de Arquivo, do IAN/TT, 2005-2006;

Preparação do Seminário Arquivístico sobre “Guia Geral dos Fundos dos Arquivos Distritais e edição de um Guia Geral dos Fundos dos Arquivos Distritais, 2001;

Elaboração de um documento técnico de orientação para a Avaliação de Documentação Acumulada, promovido pelo IAN/TT, 1997-1998;

Integra os grupos de trabalho:

Grupo de trabalho para o desenvolvimento e teste das aplicações do pacote DigitArq (versão4) e CRAV (versão2), 2011-2012;

Grupo consultivo de Orientações para a Descrição Arquivística-ODA, 2010;

Políticas de Aquisições — Documento orientador da política de aquisições para arquivos dependentes da DGARQ, 2009;

Normalização da Descrição Arquivística, 2003 -2007;

Consultivo da PRACE para o IAN/TT, 2006;

Elaboração do projeto de portaria de Gestão de Documentos das Conservatórias do Registo Civil e Cartórios Notariais, 2005;

Consultivo de acompanhamento do projeto «Implementação do Sistema de Informação do IAN/TT», 2004;

Elaboração de uma proposta de revisão da Lei Orgânica do IAN/TT, 2002;

Preparação de uma proposta de diploma legal que estabeleça o novo regime jurídico dos Arquivos Distritais, 2001;

Elaboração do PARAM — Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais, 1998;

Reformulação da Portaria 503/86, de 9 de Setembro, 1997;

Integra as duas primeiras equipas de arquivistas dos AN/TT, que se deslocam em missão oficial a S. Tomé e Príncipe, 1995-1996;

Coordena a consultoria e auditoria a sistemas de arquivo no distrito do Porto;

Participa na conceção e elaboração dos CDRom editados pelo ADP:

«Arquivo Eça de Queirós: 1845/1900» 2001;

«Uma Cidade em (r)Evolução: recuperação do Arquivo SAAL/Norte-1974/1976» 2001; Coordena a publicação dos instrumentos descritivos do ADP: «Recenseamento dos Arquivos Locais: Câmaras Municipais e Misericórdias» coord. 1996; Guia de Fundos e Inventários dos Fundos Notariais 1990-1992; Coordena a elaboração do plano curricular e a equipa técnica que elabora os programas de cursos profissionais da área BAD a convite do Ministério da Educação em 1989-1990 e é responsável pela sua implementação durante o ano letivo de 1990-1991; Professora, monitora e coordenadora de formação profissional na área dos arquivos;

Autora de diversos trabalhos na área da arquivística e interveniente em diversas conferências, seminários, congressos, no âmbito dos arquivos e dos sistemas de informação;

Membro do Conselho Cultural da Fundação Eça de Queiroz;

Membro do Conselho Científico do 7.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2001;

Membro do Conselho Técnico Nacional da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 1992-1996;

Membro do Conselho Consultivo do AN/TT, 1994-1995.

Publicações:

«Administración de documentos y archivos. Textos fundamentales.» 2011

«Gestão de recursos informativos digitais no ADP. Novos processos organizacionais. Um Arquivo sempre aberto!» 2011

«Arquivos Distritais: a perspetiva de uma nova missão» 2010 (colaboração);  
 «A gestão de recursos informativos no Arquivo Distrital do Porto» 2007;  
 «Consulta Real em Ambiente Virtual: Implementação de uma sala de referência e leitura virtual num arquivo» 2007 (colaboração);  
 «Orientações para a descrição arquivística» 2006-2007 (colaboração);  
 «Orientações para a gestão de documentos de arquivo no contexto de uma reestruturação da Administração Central do Estado» 2006 (colaboração);  
 «A praxis do Arquivo Distrital do Porto e a atualidade arquivística nacional» 2006 (colaboração);  
 «DigitArq: del archivo digital al usuário» 2005;  
 «Arquivo digital: gestão e serviços ao utilizador» 2004 (colaboração);  
 «Gerir Arquivos. Construir Memórias» 2003 (colaboração);  
 «Os Arquivos Distritais Na Viragem Do Milénio» 2001;  
 «Gerir documentos em Portugal: como e para quê» 2001 (colaboração);  
 «Avaliação de Documentação Acumulada» 1999. (colaboração);  
 «Avaliar para preservar o património arquivístico» 1999;  
 «Manual para a Gestão de Documentos» coord. 1998 (colaboração);  
 «Gerir os documentos e valorizar o património: dos Arquivos da Maturidade para os Arquivos Distritais» 1994 (colaboração);  
 «Recenseamento de Arquivos Municipais: contributo para a implementação de uma política arquivística», 1994 (colaboração);  
 «O Arquivo Distrital do Porto — balanço de três anos de trabalho. Reflexões sobre um caso» 1992;  
 «A formação tecnológica e profissional na área de Arquivo. Os novos currículos para o ensino secundário» 1992 (colaboração).

206221061

**Despacho n.º 9230/2012**

A Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros aprovada pelo Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro, operou a fusão da Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas com a Direção-Geral dos Arquivos, criando a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), posteriormente concretizada através do Decreto-Lei n.º 103/2012, de 16 de maio e Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho, que fixou a estrutura nuclear e as competências das respetivas unidades orgânicas.

Considerando que para garantir o funcionamento da Direção de Serviços de Planeamento, Gestão e Informação da DGLAB há que proceder à designação do respetivo titular, em regime de substituição;

Considerando o perfil, as competências técnicas e pessoais e a experiência já anteriormente demonstrada nesta área pelo técnico superior do mapa de pessoal da Biblioteca Nacional de Portugal, Abel Carlos Reinas dos Santos Martins, conforme decorre da respetiva nota curricular anexa ao presente despacho;

Considerando ainda que o técnico superior acima referido reúne os requisitos legais para o provimento no referido cargo, conforme o exigido no artigo 20.º e no n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro:

1 — Designo, em regime de substituição, no cargo de Diretor de Serviços de Planeamento, Gestão e Informação, o licenciado Abel Carlos Reinas dos Santos Martins, ao abrigo do estatuído nas disposições conjugadas do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, nos artigos 1.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 103/2012, de 16 de maio e nos artigos 1.º e 8.º da Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho.

2 — A presente designação produz efeitos a 20 de junho de 2012.

27 de junho de 2012. — O Diretor-Geral, *José Manuel Azevedo Cortês*.

**Nota curricular**

I — Dados pessoais  
 Nome: Abel Carlos Reinas dos Santos Martins  
 Data de nascimento: 16 de junho de 1945

**II — Habilitações académicas e formação complementar**

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, concluída no ano letivo de 1970/71.

Formação Profissional Complementar na Área da Gestão:

«Curso em Gestão Geral», do IPE, Investimento e Participações do Estado, S. A. R.L., CIFAG, Centro de Informação, Formação e Aperfei-

çoamento em Gestão. «Gestão dos Serviços Visando a Qualidade», do Instituto Nacional de Administração. «Flexibilidade das Estruturas e dos Comportamentos à Moderna Gestão», do Instituto Nacional de Administração. «A Gestão dos Recursos Humanos na Administração Pública», da E.& C., S. A. «Enfrentar os Desafios da Reforma da Contabilidade Pública», da E.& C., A.S. «Gestão de Recursos Humanos» do Instituto Nacional de Administração. «Gestão da Produtividade na Administração Pública» do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da UTL. «Estratégia e Planeamento na Gestão e Administração Pública» do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da UTL.

«Produção Automática de Indicadores de Gestão» do Instituto Nacional de Administração.

«Formação Pedagógica de Formadores» do Instituto Nacional de Administração.

**III — Experiência profissional**

A) Exercício de advocacia e experiência no domínio técnico-jurídico, quer como técnico dos serviços, quer integrado em gabinete jurídico:

Início do estágio de advocacia em 1972, que exerceu até janeiro de 1982, na área do direito comercial e, em particular, na área do direito do trabalho, incluindo assessoria em avença com empresas na transição jurídica e de gestão do regime do direito laboral em vigor até 1974 para a nova legislação do contrato individual de trabalho. Ainda nesta área, e de 1980 a 1982, responsável e monitor dos cursos de Direito Geral do Trabalho ministrados aos seus clientes pela empresa de formação e consultoria TEOR, SARL. Em simultâneo com a atividade privada admissão em nov./74 na Administração Pública, (i) inicialmente no Fundo de Fomento da Habitação, com contrato de prestação de serviços e posteriormente com contrato além quadro, onde exerceu funções de conteúdo técnico-jurídico nas áreas do associativismo e cooperativismo habitacionais, política de solos, negociações de financiamento do sistema e em apoio técnico no terreno aos cooperantes e associações de moradores apoiados pelo Estado, (ii) posteriormente nos S. A. C.R. com funções de consultoria técnico-jurídica no Gabinete Jurídico dos S. A. C.R. — Serviços de Apoio, nas áreas do direito administrativo e direito público, do direito disciplinar e penal militar, de informação e pareceres sobre petições, exposições, requerimentos, reclamações, queixas de toda a natureza dirigidas ao Estado.

**B) Experiência em funções com responsabilidade pela gestão:**

Em janeiro de 1982 termo no país da atividade profissional para o Estado e do exercício da advocacia e transição para Macau. Início em janeiro de 1982 do exercício de funções de chefia, que veio exercendo até ao presente, quer como de direção intermédia, quer como de direção superior: (i) responsabilidades pela gestão ao nível das direções de pessoal, financeira e administrativa no Instituto de Ação Social de Macau, (ii) depois de direção superior na Teledifusão de Macau, (iii) de novo no país primeiro com responsabilidades de direção, incluindo a dos planos de recuperação nas empresas Carra, SA, e A. Carvalho, L.ª, depois, (iv) pela gestão ao nível das direções de pessoal, financeira e administrativa na Biblioteca Nacional de Portugal, e (v) de direção superior de segundo grau na Direção-Geral de Arquivos.

**C) Outras:**

Co-autor com Manuel Flamino dos Santos Martins das obras de divulgação de caráter jurídico «Princípios das Leis — que Todos Precisam Conhecer», 7.ª edição, editada pelos autores e «Advogado em Casa», da Editorial Verbo, sendo da sua responsabilidade as áreas do direito sucessório e do direito da família;

Juiz substituto no Tribunal Administrativo e de Contas de Macau, bem como juiz substituto no Tribunal da Comarca;

Monitor em outras ações de formação: Código do Procedimento Administrativo (CPA) e em Despesas Públicas com Aquisição de Bens e Serviços.

206221167

**Despacho n.º 9231/2012**

A Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros aprovada pelo Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro, operou a fusão da Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas com a Direção-Geral dos Arquivos, criando a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), posteriormente concretizada através do Decreto-Lei n.º 103/2012, de 16 de maio e Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho, que fixou a estrutura nuclear e as competências das respetivas unidades orgânicas.

Considerando que para garantir o funcionamento do Centro Português de Fotografia da DGLAB há que proceder à designação do respetivo titular, em regime de substituição;